



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 16/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano dois mil e treze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Silvino Manuel Gomes Sequeira, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva.

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou ainda a ausência da Presidente da Câmara por se encontrar em período de férias. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, quinhentos mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e um cêntimo. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove euros e sessenta e três cêntimos. -----

----- COMPETÊNCIA DELEGADA -----

----- Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia proferiu despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, e o Vice-Presidente da Câmara da Subunidade de Contabilidade – neste caso referente à décima nona Alteração/Modificação ao Orçamento 2013, Despesa – décima sétima Alteração /Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Plano Plurianual de Investimentos - décima sétima Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Atividades mais relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta ata. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para referir que durante o mandato que agora está a finalizar se envolveu em duas situações para além da formalidade das reuniões de Câmara, agradecendo à maioria ter possibilitado que se concretizasse. Questionou, por isso, o ponto de situação das duas situações, nomeadamente do União Desportiva de Rio Maior e do Modelo, atendendo a que está em causa o interesse público por via da construção de uma via que se deveria concretizar. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à questão da expropriação do terreno para o parque de estacionamento junto às escolas, propriedade do senhor Álvaro Ascenso dos Santos, dizendo que este último tinha feito chegar no dia dezasseis de agosto, a todos os membros do executivo, uma exposição que levanta algumas questões que efetivamente lhe parecem, do ponto de vista da estratégia que o município está a usar, que possam trazer alguma vantagem para o Município. Acrescentou que todas as questões a tratar já transitaram em julgado e que se trata agora de uma litigância que duvida estar a defender os interesses do município e que haja alguma vantagem na sua continuidade. Disse ainda que considera que com o arrastar desta situação, algumas das questões levantadas começam a ter fundamento, designadamente quando a Câmara é acusada de litigância de má-fé, de perseguição e de uma série de situações. Solicitou que fosse avaliado se existem condições de encerrar este processo tão rápido quanto possível porque, em sua opinião, começa a ter contornos complicados e que o arrastar da situação vem agudizando cada vez mais e que julga que ninguém do executivo estará disponível para passar por processos que podem ter leitura complicada. -----

----- VEREADORA ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Evidenciou, pela positiva, a atuação da Industrias Nobre Alimentação que, após a aprovação do pedido de isenção de impostos municipais pela Câmara Municipal, já investiu os dez milhões de euros do que estava previsto e nos últimos três meses, com a transferência da linha de transformados de Mem Martins para Rio Maior, criou entre oitenta a cem postos de trabalho permanentes. -----

----- Nesse contexto questionou se o senhor Cândido já tinha sido homenageado pelo concelho de Rio Maior e explicou que colocou a questão porque o senhor Cândido foi, no concelho de Rio Maior, uma peça fundamental, não como empresário mas como

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

empreendedor. Recordou que foi uma pessoa importantíssima para o crescimento que a Industrias Carnes Nobre tiveram, que apenas com a quarta classe foi responsável pela qualidade dos produtos, nomeadamente o chouriço e a salsicha, tendo sido muito importante para o crescimento da empresa, para a sua consolidação como líder de mercado. Sugeriu, por isso, que se não foi ainda homenageado o possa vir a ser pela sua importância no crescimento e consolidação de uma empresa que hoje continua a ser importante no contexto nacional e local como a principal empregadora do concelho. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento de alguns dados referentes à atividade da biblioteca e à nova dinâmica deste espaço com o exterior com a realização de várias atividades e salientou a atividade “Biblioteca no Jardim” que resultou bastante bem. -----

----- Informou que a recolha de manuais escolares usados está a decorrer e vai até ao início do ano letivo e que este ano até ao momento foram recolhidos mil seiscentos e oitenta e seis livros, que revela um substancial aumento em relação ao ano passado visto terem sido recolhidos apenas cerca de quinhentos livros. Informou também que até à data foram já entregues cerca de trezentos e cinquenta livros às famílias e que a disparidade existente entre os livros recebidos e os entregues tem a ver com a política do manual escolar que se segue e que leva a que os manuais fiquem, no final de cada ano letivo, praticamente inutilizados, ou seja, existem atividades realizadas nos próprios manuais que resulta na impossibilidade prática de os reutilizar. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que se encontra marcada uma reunião com o Diretor do Serviço de Finanças de Santarém para tratar o assunto do União Desportivo de Rio Maior e que teve conhecimento informal que estava já declarada a insolvência do clube. -----

----- No que se refere ao assunto do Modelo e zona envolvente informou que não houve qualquer alteração à situação anterior prevendo-se a marcação de uma reunião para o início de setembro com a Fozmassimo. -----

----- Quanto à situação do Senhor Álvaro Ascenso afirmou que respeita as diferentes posições tidas em relação a este assunto, mas que a sua opinião enquanto eleito se mantém e que definitivamente, depois das acusações efetuadas ao executivo, não se revê nesse tipo de pessoas. Reforçou que nada tem contra a pessoa do senhor Álvaro Ascenso mas julga que todos aqueles que foram eleitos foram-no pelo povo e para defender os interesses do concelho e, neste caso, do município de Rio Maior e repetiu que na sua qualidade de eleito é isso que fará, dentro da sua moral e dentro daquilo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

que na sua perspectiva é defender os interesses do concelho. Considerou assim que tudo aquilo que venha a ser dito, com toda a razão que possa ter ou não, não será por si avaliado, enquanto eleito, mas sim pelos advogados e pelo próprio tribunal. Saliu ainda que em relação às afirmações do senhor Álvaro Ascenso relativamente ao facto de se estar a gastar dinheiros públicos com este processo, deveria também ser dito que o valor da indemnização paga pela Câmara pelos terrenos do parque de estacionamento foi de quatrocentos e cinquenta mil euros e que mesmo com todo o direito que tem ao dinheiro, com todos os erros processuais que possam ter havido reafirmou que não se revê na posição que adotou em relação à Câmara. Conclui dizendo que se trata de uma posição que irá ser tomada pelo executivo no seu todo e que pessoalmente não se revê nas declarações do senhor Álvaro Ascenso. -----

----- Referiu que felizmente o concelho de Rio Maior tem ainda empresas válidas, como sejam a Nobre Alimentação e a Panpor, por exemplo, que também se encontra em fase de expansão e espera até ao final do ano fazer concluir cerca de oitenta por cento do investimento, o que irá permitir a criação de mais umas dezenas de postos de trabalho. -----

----- Acerca da sugestão de homenagear o senhor Cândido irá ser verificado se alguma vez se prestou alguma homenagem e não tendo sido prestada será considerada a sugestão, porque também considera que não obstante a capacidade empresarial dos senhores Manuel e Marcolino Nobre, que foi uma figura determinante para a produção daquela empresa e merece o reconhecimento do concelho por aquilo que fez ao longo de cerca de sete décadas. -----

----- Para finalizar endereçou os parabéns a todos os intervenientes e responsáveis pela dinamização operada na atividade da biblioteca à semelhança também do que se passa no cineteatro e em todo o setor de cultura. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Questionou qual o ponto de situação acerca do busto do senhor Marcolino Sequeira Nobre. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que já foram realizadas duas reuniões com o arquiteto, foram discutidos valores e entregue um conjunto de fotografias para fazer a seleção e apresentar uma proposta. Disse ainda que apareceu também um abaixo-assinado para que fosse efetuado um busto para o senhor Fernando Casimiro que será também avaliado em conjunto. Informou também que o arquiteto comprometeu-se que após setembro seria apresentada a proposta final. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Interveio para acrescentar que em relação à questão do senhor Álvaro Ascenso o valor da indenização já transitou em julgado e está definitivamente resolvido não havendo qualquer recurso da câmara sobre esse valor. Continuou por dizer que relativamente às questões ligadas ao IMI a legislação é esclarecedora sobre esse assunto e que nenhuma destas situações tem sido decidida pela Câmara. Acrescentou que nesse sentido o assunto só tem sido presente à Câmara por ele próprio e no período da intervenção do público e que nunca formalmente foi decidido ou avalizado a estratégia que é seguida pelo advogado. Solicitou, por isso, que formalmente este assunto fosse agendado para a próxima reunião de câmara para que esse órgão avalize ou não esta estratégia que está a ser seguida, porque efetivamente pode estar a correr o risco de cada dos vereadores do executivo municipal responder individualmente pelo processo que está a ser seguido. Disse ainda que anteriormente já sugeriu que o processo fosse bem analisado em todos os seus pormenores e que o dilatar, o protelar das situações vai ter custos para o município, pelo menos a nível dos juros de mora. Considerou também que sabendo todos a forma como o senhor Álvaro Ascenso está assessorado e as provas que existem nos documentos que chegaram, que são aqueles que tem e conhece já que o processo da Câmara não se encontra nos serviços, indicia que um dia pode vir a haver responsabilidade individual para os membros do executivo e nisso terá que ser solidário com os membros do executivo e pelo desempenho de funções públicas. Reforçou o seu pedido de que formalmente o assunto fosse agendado para a próxima reunião de Câmara de forma que a Câmara avalize se dá ou não cobertura a esta estratégia, que no seu entender não defende os interesses do município. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Afirmou não se chocar com essa possibilidade mas esclareceu que algumas das afirmações não são muito corretas visto que, de acordo com a lei, o presidente eleito pode decidir e dar orientações das estratégias a seguir, caso contrário tudo o que configurasse uma decisão teria que ser presente ao órgão. Reafirmou que a sua posição é de defender os interesses do concelho e que nesse sentido estará disponível para trazer o assunto à Câmara para decisão. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Acrescentou que a sua intervenção vem no sentido de se certificar que a Câmara não comete nenhuma ilegalidade visto que considera que o princípio da legalidade é um dos princípios a seguir e que começa a haver indícios que a Câmara não cumpre. -

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- CARTA DA “NATURIDADE DE RIO MAIOR” – AGRADECIMENTO PELO EMPENHO NO COMBATE AO FOGO OCORRIDO NO DIA 8 DE AGOSTO -----

----- DIREÇÃO REGIONAL DE ECONOMIA – INFORMAM QUE FOI PRORROGADO POR 1 ANO A LICENÇA DE EXPLORAÇÃO ALE Nº 1896/2001 – 1ª FASE DE IMPLANTAÇÃO SOLICITADA PELA DEPOMOR – DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO DE RIO MAIOR, S.A. -----

----- DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2013/2014 – DESPACHO Nº 9265-B/2013, DE 15 DE JULHO. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO -----

----- Informou que o assunto das atividades de enriquecimento curricular veio à Câmara para conhecimento pelo facto de existir um contrato de execução no âmbito do qual a Câmara Municipal se compromete a ser promotora destas atividades no concelho. Afirmou que também este ano tudo estava preparado e programado para que assim acontecesse nos mesmos moldes dos anos anteriores, estando já o procedimento preparado para o efeito quando foi publicado o despacho n.º 9265/2013, de 15 de julho, que veio alterar substancialmente todo o funcionamento e todo o procedimento para estas atividades. Informou que das alterações legislativas resultou que a Câmara Municipal fica obrigada a contratar diretamente os técnicos que irão assegurar as atividades de enriquecimento curricular e também diversas alterações a nível das horas e do funcionamento das próprias atividades nas escolas. Continuou dizendo que foram solicitados esclarecimentos acerca da possibilidade de a Câmara Municipal desenvolver esta atividade nos moldes dos anos anteriores para evitar a alteração do mapa de pessoal, que teria que ser aprovado na câmara e na assembleia municipal, com todos os atrasos decorrentes dessa situação. Mais acrescentou que nenhum esclarecimento foi prestado e que na sequência disso foi elaborada uma informação e ofício a comunicar as dificuldades e dúvidas sentidas pela Câmara Municipal e pelos Agrupamentos de Escolas, novamente sem qualquer resposta. Disse que em face destas dificuldades foi enviado um ofício à direção geral a solicitar que o Ministério desenvolvesse e promovesse as atividades, tal como está previsto na legislação dos contratos de execução, a título supletivo durante este ano letivo e até se tomarem novas decisões sobre este assunto. Voltou a informar que nunca foi remetida nenhuma resposta mas veio a conhecimento da Câmara um fax a comunicar

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

referindo que as direcções de agrupamentos de escolas tinham sido incumbidas de desenvolver os procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades. ----

----- Referiu que sendo uma atribuição que está prevista no contrato de execução foi presente à Câmara o porquê de não ser a entidade promotora das atividades de enriquecimento curricular. Informou que as escolas já estão a trabalhar nesse sentido, quer com professores para completar horário quer através de outras situações. Lamentou o facto de haver uma alteração legislativa tão em cima da hora não deixando a possibilidade de, em tempo útil, assegurar todo o início no começo do ano letivo ou mesmo para fazer a discussão e renegociação do contrato de execução. Afirmou que foi necessário encontrar uma solução de emergência e disse que com o esforço das escolas, às quais a Câmara Municipal dará toda contribuição e todo o apoio necessário e possível, tudo irá decorrer conforme programado. -----

----- Recordou que com a alteração legislativa as atividades de enriquecimento curricular que estavam preparadas e pensadas para decorrerem sempre com duas horas, vão passar a decorrer apenas com uma, o que dificulta a contratação do pessoal. Considerou existir uma alteração de fundo para a qual a Câmara Municipal não teve tempo útil de fazer face e daí esta passagem do processo para as escolas como aliás é o conceito predominante na legislação. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Relembrou o profundo envolvimento da Câmara Municipal na concretização dessas atividades, especialmente no que respeita à atividade desportiva, que a Câmara Municipal assumiu, com a realização de um debate público nacional em Rio Maior para dar conhecimento do início dessa atividade. Chamou à atenção para o facto de muitos dos alunos licenciados pela Escola Superior de Desporto encontrarem o começo da sua atividade nas atividades físicas integradas nas atividades de enriquecimento curricular (AEC) e que a concretizar-se essa diminuição de horas e a passagem de responsabilidade para os agrupamentos, está a criar-se, em sua opinião, um obstáculo ao futuro das atividades da Escola Superior de Desporto e nas saídas para o alunos daquele estabelecimento. Solicitou, por isso, que a Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, tente travar aquilo que está para acontecer com as AEC e que se irá refletir negativamente na Escola Superior de Desporto. Considerou que a diminuição de horas e as horas a serem preenchidas por professores, não pela bondade da ideia mas para fechar horários de professores que não têm colocação e que nem sequer se pode garantir que tenham a especificidade para dar este tipo de atividades, configura um revés numa parte da perspectiva de futuro da Escola Superior de Desporto. Referiu que a informação objetiva de quantos alunos saídos da Escola

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Superior de Desporto começaram a sua atividade nas AEC pode ser facilmente conseguida e lembrou que inicialmente não estava previsto qualquer intervenção nas chamadas AEC e que as atividades desportivas estavam limitadas aos alunos da Faculdade de Motricidade Humana e que foi pelo esforço da Câmara Municipal de Rio Maior e de outras autarquias, que foi possível introduzir essa alteração, possibilitando a licenciados por outros estabelecimentos de ensino superior ligados ao desporto, serem interventivos nas AEC. -----

----- Solicitou que em nome deste passado e em nome do futuro da Escola Superior de Desporto que a Câmara Municipal de Rio Maior, dentro das suas possibilidades, envidasse todos os esforços para evitar este revés para a Escola Superior de Desporto. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Lamentou que esta situação esteja a acontecer e considerou que se trata de uma má situação para o poder local, para os alunos pela degradação do processo e também para os profissionais da área, que tanto trabalho e tanta luta desenvolveram para que fosse consagrado o desempenho desta atividade como direito. Considerou que todo este processo é mau para os alunos e para os encarregados de educação salientando que esta política de apenas se olhar aos custos sem qualquer outro interesse vai dar maus resultados e disse que obviamente que o município de Rio Maior não pode, em seu entender, acomodar-se a esta situação. Continuou dizendo que acredita que o município tudo fez para a resolução da situação, mas acredita que este problema só se resolverá com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com as chamadas associações de natureza regional. -----

----- Afirmou que se trata de um processo de luta, voltar áquilo que tantos anos levou a consolidar, de voltarmos a ter esta possibilidade de as escolas não serem geridas por um interesse meramente financeiro e de evitarmos que haja turmas de trinta alunos para que ocupe o menor número de professores possível, negligenciando, com esta política, os casos de situações mais complicadas. Disse ainda não compreender que o país entenda que não pode suportar esse custo, e possa depois integrar esses alunos em turmas de trinta alunos prejudicando o rendimento da turma e privilegiando os colégios particulares, que podem fazer a seriação de quais os alunos que recebem, mas têm a comparticipação do estado. -----

----- Considerou que se trata de um processo mais vasto, que tem que ser analisado, e que se trata de uma questão de justiça e de igualdade de direitos e de oportunidades. Afirmou que um processo desta natureza tem de ser encetado nas associações de municípios e as câmaras, dentro da Associação Nacional de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Municípios Portugueses, têm que lutar de forma integrada e organizada porque considera que este caminho não é caminho. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Esclareceu que existe um parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses onde esta refere que as câmaras devem simplesmente remeter o processo para o Ministério da Educação. Referiu que a presente legislação afasta a comunidade destas atividades, que anteriormente eram chamadas a intervir através dos municípios, de associações de pais ou outras entidades existentes na comunidade, para agora passar a ser centrada nas escolas. -----

----- Considerou que se trata de um processo que o ministério terá legitimidade para definir e para entender que assim deve ser, mas que para o qual poderá haver consequências. Considerou a atitude da Associação Nacional de Municípios Portugueses pouco defensora dos interesses e das competências que estão no poder local e que está a abrir mão das mesmas de uma forma pouco reflectida. -----

----- Apontou ainda que a legislação é desarticulada em relação à atribuição dos minutos desta componente porque mesmo que se queira dar duas horas a um professor para completar horário tal não é possível porque ele só tem cem minutos e as AEC são cento e vinte minutos. Voltou a salientar que a legislação está pouco articulada, tem que ser melhor pensada e que houve uma precipitação no sentido de resolver problemas, não propriamente da educação, mas outros. Relativamente à diminuição de horas esclareceu que esta se relaciona com o facto de se ter deixado de considerar o intervalo como componente letiva. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Questionou se na prática, em relação à anterior situação, isto vai resultar em menos tempo ocupado com atividades e se sim qual a compensação. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Informou que aumentou em meia hora o tempo letivo. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Referiu que a diminuição de atividade de enriquecimento curricular é superior à meia hora e que daqui a algum tempo iremos ter um país alarmado pelo sedentarismo das crianças, quando por própria iniciativa governamental se diminuiu atividades que geram atividade física num escalão etário que se pretende que esteja o mais activado possível. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio apenas para recomendar à Câmara que não deixe de acompanhar este processo das escolas e que haja toda a disponibilidade junto dos conselhos directivos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

e das direções das escolas na tentativa de encontrar sempre a melhor solução, sendo que a melhor solução será aquela que melhor servir os interesses dos alunos e dos encarregados de educação. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Informou que todo o processo foi desenvolvido a par com as escolas e com os agrupamentos escolares, que são parte integrante do mesmo. Afirmou ainda que sempre houve a colaboração necessária e que irá continuar a haver um trabalho conjunto. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que se revê nas intervenções feitas e que o atual Governo tem objetivos apenas financeiros. Disse não perceber o porquê de tanto esforço por parte de todos se o resultado tem sido o aumento da dívida pública e do défice, estando longe do compromisso com a Troika. Fez ainda notar que a acrescentar a tudo isto o próximo orçamento de estado para 2014 prevê ainda um corte na despesa de três vírgula sete mil milhões. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Ainda em relação aos assuntos para conhecimento congratulou-se com a comunicação da Direção Regional de Economia a Informar acerca da prorrogação da licença de exploração da ALE n.º 186/2001, por mais um ano e solicitou se lhe poderiam fazer chegar os argumentos que serviram de suporte à decisão. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE** -----

----- **FEIRA NACIONAL DA CEBOLA – FRIMOR 2013 - PATROCÍNIOS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a arrecadação da verba mencionada na informação, no âmbito da realização da Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

--- **UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS, ESPAÇO PÚBLICO, EQUIPAMENTOS E APOIO ÀS FREGUESIAS** -----

----- **NUMERAÇÃO DE POLÍCIA PARA A LOCALIDADE DE VILA DA MARMELEIRA**-----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de numeração de polícia para a localidade da Vila da Marmeleira. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- DENOMINAÇÃO DE RUAS E PRAÇAS NA VILA DA MARMELEIRA -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os trinta e oito topónimos e antropónimos já existentes na freguesia da Vila da Marmeleira que nunca tinham sido sujeitos a aprovação do executivo municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PROPOSTA DE PROCEDIMENTO PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS NA EMPREITADA “REDE COLETORA DA RIBEIRA DE S. JOÃO E S. JOÃO DA RIBEIRA” -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a abertura de procedimento, ao abrigo do ajuste direto, para correção dos defeitos identificados na obra “Rede coletora da Ribeira de S. João e S. João da Ribeira”, da responsabilidade da massa falida “O.D.S. – Sociedade de Construções, S.A.” e que todas as despesas com o procedimento serão suportadas pelas garantias da obra. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

--- UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- PARAPEDRA – SOCIEDADE TRANSFORMADORA DE PEDRAS, S.A. – LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS – CASAL DA FISGA – RIO MAIOR -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido de acordo com a informação e o parecer emitidos e que o requerente deve solicitar o respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação do ato que aprovou a licença. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 15/2013 referente à sessão ordinária de 9 de agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação a ata n.º 15/2013 foi aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS - RIO MAIOR -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme solicitado pelo mesmo: -----

----- “ A razão que me traz aqui é de facto o mesmo problema de sempre, que é a ligação da Avenida Mário Soares com a Rua da Paz. Ia para perguntar se realmente já havia mais alguma decisão da parte da Câmara mas praticamente foi respondido que não há decisão nenhuma. Como estamos em fim de ciclo, em fim de mandato, acho que estava na altura de se fazer um pouco um bocado o balanço e um bocado o saldo de tudo isto, tanto na perspetiva da Câmara como na minha perspetiva, e nesse sentido gostava de ter uma palavra muito sincera e de agradecimento para os senhores vereadores Silvino Sequeira e Carlos Nazaré, pelo empenho que colocaram tantas vezes neste assunto de forma consensual, de forma a representar de facto o interesse público e, não vou desmentir, também o meu interesse, mas representaram o interesse público, de forma que sempre pretenderam que o desenvolvimento daquele processo tivesse um fim airoso, um fim que não prejudicasse os proprietários e também que não prejudicasse o erário público. Senhor Dr. Silvino Sequeira, Senhor Carlos Nazaré, em meu nome, os meus agradecimentos por esse empenho. Penso que é uma forma positiva de estar na vida pública. -----

----- Quanto à posição da Câmara propriamente dita, e quando digo da Câmara propriamente dita tenho que realçar aqui uma situação que por acaso já hoje foi aqui aflorada. Quando nós nos referimos à Câmara pressupõe-se que seja a Câmara, neste caso os sete vereadores, mas de facto há muitas vezes a posição da Câmara que não é a posição dos sete vereadores. Claro que legalmente, o senhor Vice-Presidente já hoje o disse aqui, há muitos assuntos que não têm que ir a reunião de Câmara, não têm que ter a concordância dos sete vereadores, então nesses casos eu acho que nunca havia necessidade de dizer «a Câmara faz isto, a Câmara faz aquilo, a Câmara faz aqueloutro», seria mais correto dizer «o Vice-Presidente com o consentimento da senhora Presidente decidiu isto, decidiu aquilo ou decidiu

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

aqueloutro», porque um dos problemas que há neste processo foi precisamente a posição do senhor Vice-Presidente e com o acordo da senhora Presidente, foi tudo isto que tornou o processo de início de forma que nunca devia ter começado da forma que foi, a continuação do processo ao longo de tantas reuniões e ao longo de tanto tempo teve o andamento que teve precisamente pela posição do senhor Vice-Presidente e não a posição da Câmara, porque isto tem que ser distinguido e isto tem que ser dito claro e que fique do conhecimento de toda a gente. Inclusivamente também dirigia aqui um apelo à comunicação social, porque está aqui em causa o interesse público. -----

----- Rio Maior deixou de ter uma artéria, uma artéria que a Câmara com muitos estudos e muitas declarações e muitas horas perdidas, que até defendeu, até achava que era interessante, até achava que era uma obrigatoriedade, e não sei porquê de um momento para o outro deixou de ser necessário, deixou de ser obrigatório, deixou de ter que acontecer. Neste processo há prejudicados e há favorecidos. Há gente que fica muito mal em tudo isto e há gente que se vai rindo à conta, entre aspas, de tudo isto e há outros que ficam nos meios porque enfim, por querer deixam o barco ir andando. Prejudicados no meio de tudo isto estou eu e está o erário público, mais uma vez repito, Rio Maior deixou de ter uma artéria num ponto que é discutível se é vital ou se não é vital, mas já que a Câmara tanta vez a defendeu não percebo porque é que parou de a defender. O grande favorecido no meio de tudo isto acaba por ser a Fozmassimo e aquele grupo, não é a Fozmassimo propriamente dita, mas este é o nome que toda a gente conhece, porque de facto não é a Fozmassimo o beneficiado de tudo isto. Não compreendo como é que da parte do senhor Vice-Presidente e da senhora Presidente conseguem defender uma posição da Câmara prejudicando o erário público, já não estou a falar prejudicando-me a mim, estou a falar prejudicando o erário público. -----

----- A posição da Câmara de início nunca devia ter sido a que foi, porque pressupôs-se prepotência política, pressupôs-se haver ali fraude, houve ali comprometimento de todo um processo, houve ali jogadas de forma que as coisas não acontecessem e depois o Nuno Lucas é chamado a intervir em tudo isto, não fui eu que me apresentei, chamaram-me para intervir neste processo, para fazer parte deste processo e com o andar do processo, com o andar de tudo isto, vejo que realmente há aqui fraude no meio de tudo isto e mais, não sei se não haverá corrupção. Há de certeza prepotência política e há prejuízo para o erário público. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

----- Gostava que isto ficasse gravado e assinalado, este é o meu entender sobre este processo. Não vou calar perante isto, muita situação vai mudar, inclusivamente a minha situação vai mudar muita coisa, no entanto o Nuno Ferreira Lucas continua aqui para esclarecer tudo isto e para não deixar morrer o assunto, porque é um pouco típico destas situações «vamos enrolando, vamos enrolando» e o assunto há-de morrer. Não estou disposto a isso, queria aproveitar este fim de ciclo para deixar esta opinião minha. Um pouco dentro deste contexto gostava de deixar aqui uma palavra também para o senhor Vereador Nuno Malta porque tivemos algumas discussões, entre aspas, e queria simplesmente dizer isto: "nunca se diz a quem tem fome, coma as migalhas. Por agora é só. Obrigado." -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Intervenção transcrita na íntegra por se tratar da resposta à intervenção anterior:-

----- "Com certeza que terei todo o gosto em responder com a mesma veemência das acusações que fez. Penso que todos nós compreendemos perfeitamente a pressão que existe sobre cada um de nós, mas penso que quando se fala em fraudes e corrupção, são acusações demasiado graves e não posso deixar de recordar ao senhor Nuno Lucas que sempre, e aqui nesta sala numa mesa que havia ali ao fundo, penso que ainda lá está, houve várias reuniões com a sua pessoa e presentes várias entidades. A Câmara Municipal de Rio Maior sempre esteve disponível, na pessoa da senhora Presidente, na minha e não só, e também de todos os vereadores sem exceção, para fazermos "n" reuniões sempre no sentido de chegar a uma conclusão, inclusivamente numa sala aqui no terceiro piso, o Dr. Nazaré e o Dr. Silvino, eu e não só, interrompemos reuniões consigo e com o grupo para tentar-se chegar a um acordo. Chegaram-se a valores, houve proposta para cima e para baixo, quem nunca aceitou os valores foi V. Ex.^a, porque no último e-mail que enviou para a empresa, tendo-se acordado determinado montante, não foi esse o montante que escreveu, escreveu um montante superior e a Câmara Municipal de Rio Maior não pode ser incluída nesse pacote porque sempre tentou defender não só os interesses dos particulares como também os interesses do município. Em nada o erário público está a ser prejudicado porque há uma garantia real de depósito para a feitura da obra, que se mantém a favor da Câmara. Portanto há que ter cuidado com as palavras, e se a situação neste momento não está resolvida, de acordo com aquilo que nós combinamos e todos assinamos uma ata inclusivamente, a culpa não foi do executivo, não foi do Vice-Presidente, não foi da Presidente, não foi dos Vereadores, tanto que sempre houve boa vontade por parte do executivo porque depois das negociações estarem encerradas a Câmara Municipal de Rio Maior tentou e fez reuniões com a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

Caixa de Crédito para tentar desbloquear a situação. Mandaram-se novos mails para as várias entidades, para o Fundo e para a Fozmassimo, e um e outro responderam liminarmente “não, chegou ao fim o processo”. A Câmara terá culpa? Penso que não. Há que ter cuidado com as palavras e cada qual deve assumir as suas responsabilidades sem por em causa a dignidade e honestidade dos outros.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme solicitado pelo mesmo: -----

----- “ Senhor Vice-Presidente eu tenho aqui uma série de questões que pretendo colocar, mas uma vez que foi colocada uma pergunta por parte do Dr. Silvino Sequeira em relação à história do União Desportiva de Rio Maior dizer-lhe que, para que também fique digamos que esta questão esclarecido, de facto está marcada essa reunião, mas lembrar que de facto houve solicitação de travar o processo, concretamente pelo senhor Paulo Torres e os seus amigos, naturalmente, porque de facto ao ter sido noticiada a constituição dos órgãos sociais do União Desportiva de Rio Maior, isto foi público através da comunicação social, em maio colocou em tribunal esta situação para o qual o União Desportiva de Rio Maior já recorreu no sentido de travar e dar continuidade portanto, porque a vida é feita destas coisas, quer dizer, há um lado e outro, há duas partes e neste caso em concreto tudo isto também está para ser analisado ao milímetro naturalmente e por quem de direito. Portanto, isto não trava absolutamente nada daquilo que poderá ser, digamos, o caminho a seguir por parte do município de Rio Maior concretamente na defesa de tudo aquilo que é do conhecimento do atual executivo. -----

----- Concretamente em relação às questões que queria colocar, senhor Vice-Presidente e restantes membros do executivo, vão-me permitir que diga isto da seguinte forma: duas delas prendem-se com a nossa cidade em concreto, e uma delas prende-se portanto com Vale de Óbidos. -----

----- O que é que eu quero dizer em relação a Vale de Óbidos? De facto passou mais um mandato e o mundo da realidade é o mesmo que era há nove anos atrás. Pura e simplesmente no capítulo do saneamento básico estarão metidos os tubos, estão no fundo da terra, que não se vêem. E de facto o que é que nós sentimos hoje? É que passados estes anos todos, o atual executivo portanto não conseguiu “dar pai à criança”, permita-me esta expressão. Porque se as entidades fiscalizadoras deste país agissem corretamente, e agissem no tempo, de facto a Câmara Municipal teria coimas permanentemente por a existência dos dejectos que não são de hoje, não são de há três, nem de há quatro, nem de há cinco, mas são seguramente de há mais de nove

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

anos a drenarem para a ribeira de Vale de Óbidos. Portanto este é um facto que é público e é notório. Se aquilo fosse de um particular a fiscalização estava lá permanentemente e as multas seriam constantes, como é do setor público talvez aqui haja algum esquecimento. Esta é uma das questões. -----

----- Uma outra questão prende-se concretamente com o bairro social. De facto isto é uma luta antiquíssima e o que é certo é que a única coisa que eu consegui foi cinquenta/cinquenta comos e costuma dizer, portanto legalizamos três casas mas não conseguimos legalizar as outras três casas. E, se em determinada altura eu fui promotor no sentido de desincentivar os moradores das casas a que não continuassem a pagar à Câmara Municipal os valores para os quais se tinham comprometido no contrato promessa de compra e venda, o que é certo é que este atual executivo, e muito bem, fez algum caminho no sentido de regularizar algumas destas situações. O que é certo é que de certeza absoluta os restantes três moradores estarão com certeza a muito curto prazo no final, digamos, do pagamento dos valores aos quais estavam obrigados e três anos depois ou quatro anos depois esta legalização, uma vez mais, não aconteceu. Falo hoje só do de Vale de Óbidos porque a gente sabe que esta situação dos bairros sociais não se prende só com Vale de Óbidos. E uma coisa que eu quero aqui referir, para que também fique escrito e registado, ao longo do mandato anterior foi muitas vezes aqui por mim abordado, na presença do então Presidente da Câmara, Dr. Silvino Sequeira, e lembra-me como se fosse hoje, lembra-me como se fosse hoje, em determinada altura talvez cansado de ouvir tantas vezes este problema, digo eu, referiu, que está em ata, para que os serviços públicos, perdão, os serviços administrativos da Câmara Municipal tudo fizessem no sentido de dar o passo qualitativo para a resolução final deste problema. Bom, quatro anos depois a situação é aquela que nós conhecemos. -----

----- Senhor Vice-Presidente e restantes membros do executivo, uma outra questão também que gostaria de colocar concretamente. Eu agora falha-me aqui a memória em relação à rua paralela à Almirante Cândido dos Reis, a Rua João Ferreira da Maia. Isto é uma chamada de atenção que é produtiva para todos, eu também sou automobilista, todos nós andamos na rua e de facto sentimos que às vezes o caminho mais curto é sempre o mais fácil e “para que é que eu hei-de ir à rotunda”, etc. De facto estou de acordo que junto para a Rua António Barata, quer também para quem vira para o lado das bombas ou para o lado daquele estacionamento, penso que essa viragem, que à direita que à esquerda, estará correto. O que eu não me parece que esteja correto, esta é a minha opinião, é que se possa ali fazer inversão de marcha e

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

faz-se inversão de marcha em qualquer dos sentidos. É desleal, é comodismo por parte de muitos automobilistas e a colocação de dois sinais, tal como existe na Avenida Paulo VI, de certeza absoluta que disciplina o trânsito e as pessoas passarão a perceber e a GNR mascarará presença e passará as suas coimas naturalmente como tem feito em relação concretamente a este parque, onde já está um sinal há tantos meses e mesmo assim as pessoas continuam a querer passar para a Rua Francisco Barbosa em lugar de seguirem para baixo. -----

-----Por último senhor Vice-Presidente e restantes membros do executivo, é uma questão que se prende com a Rua D. Afonso Henriques. Ora bem, vamo-nos situar no tempo e no local, sem fazermos história. Eu não consigo é conceber na qualidade de cidadão esta, e permita-me que eu diga isto assim desta forma, pode haver aqui “n” problemas mas houve uma construção, há habitações que estão a funcionar e há estabelecimentos, alguns mais antigos encostados ao Edifício Europa, outros depois mais acima tem a ver com a farmácia. Ora bem, é um estabelecimento nobre e que merece toda a beleza do espaço. Não consigo perceber porque é que acima desse edifício, último construído, existem mais uma ou duas moradia,s se não estou em erro, porque é que esse bocadinho até à Rotunda da Avenida dos Combatentes não está requalificado o seu passeio em toda a sua restante extensão, neste caso quem sobe a Rua D. Afonso Henriques do nosso lado esquerdo, do lado da farmácia, e depois ainda também ali naquele espaço entre um estabelecimento, que ainda lá existe e que funciona, e o prédio novo construído que também está ali seguramente dez, vinte ou trinta metros e esse problema também não está. Gostava de deixar esta referência porque, de facto, em determinada altura a Rua D. Afonso Henriques teve alguma requalificação no atual executivo, concretamente em relação aquele parque em frente à Maiorpeças, neste caso em concreto, tinha tido anteriormente quem sobe do lado direito desde a entrada do pátio do Carlos Silva, também se requalificou aquele bocadinho todo e ficou ali aquele nicho que merecia, na minha modesta opinião, por parte do executivo a melhor das atenções. -----

----- Esta ocorreu-me naturalmente porque foi aqui um dos temas abordados, concretamente eu vou falar do parque, que é do município, naturalmente, junto à Rotunda Francisco Sá Carneiro. Ora temos aí um espaço verdadeiramente requalificado e não consigo, não sei se é porque é diferente, não sei se é por isso, porque é que esse parque, que é uma mais-valia, digamos assim, para aquela zona e em período escolar, porque é que se deixou morrer os taludes, a parte verde e os socalcos daquela envolvente. Em tempos ainda a empresa que faz a manutenção dos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

espaços verdes em Rio Maior, ainda chegou lá a fazer esse trabalho, não sei se houve vandalismo naquela zona em relação à rega, se foi abandono total, mas aquele era um espaço que merece, estamos enquadrados numa zona fortemente verde, digamos assim e ainda bem que assim é, portanto uma zona de qualidade de vida que de facto merecesse por parte do executivo a melhor das atenções. Muito Obrigado.” -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra por se tratar da resposta à intervenção anterior:-

----- “ Vou começar pelo fim. O parque, quando foi concebido, aquelas zonas verdes eram de sequeiro, assim chamado, razão pela qual no inverno a erva cresce no verão está seca. Só para termos uma ideia infelizmente o vandalismo que acontece no nosso concelho a Câmara Municipal de Rio Maior à cerca de dois meses tivemos que comprar cerca de setenta expressores devido ao vandalismo das pessoas nos espaços verdes partirem, roubarem, etc, etc. Para não falar nas centenas de sinais que anualmente são roubados da via pública, para não falar dos sinais que sistematicamente são vandalizados desde os postes torcidos até serem mudados de sentido, por exemplo, isto é público, em frente à Belária há um lugar de deficientes e já não sei quantas vezes o sinal de deficientes é virado ao contrário. Com este tipo de situações é muito difícil conseguir-se atender a tudo, mas é a realidade que temos, temos que lamentar e mais do que isso não podemos fazer. -----

----- Relativamente à situação dos esgotos de Vale de Óbidos efetivamente tem razão naquilo que disse, não foi por falta de empenho do atual executivo que a obra avançou, entretanto a empresa abriu falência, infelizmente, e convém dizer que o vandalismo também acontece, infelizmente, no meio rural, até as grades de proteção do que irá ser a futura estação elevatória foram roubadas, até as paletes que lá foram colocadas voltaram a ser roubadas. Portanto, obviamente que a culpa não é de ninguém, e a Câmara já abriu concurso por duas vezes, salvo erro, para concluir a obra e por problemas de alvarás da parte mecânica, não da parte de obra em si, não foi possível. Esta, neste momento, outro concurso a decorrer, ver se não fica deserto, para se concluir o fecho daquela situação que se arrasta há anos com todo o prejuízo para a população. Mas também, nesta fase final, e digo neste mandato e não estou a excluir o trabalho feito pelos anteriores executivos, obviamente, o concurso foi lançado, avançou, só não está concluído devido à insolvência da empresa, estou a referir-me concretamente à empresa Lena Prédio que, com todos os problemas que ficaram nas estrada de acesso à corimba e na subida para a associação que já está pavimentada. -----

----- Quanto à BP agradeço a sua chamada de atenção há de facto, mesmo que não

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

tivesse lá sinais, diria que o bom senso e a educação, as pessoas deveriam circular até à rotunda, assim não entendem e depois muitas vezes ficam exaltadas quando a GNR multa algumas pessoas. Há aqui uma conterrânea nossa que já foi multada “n” vezes porque teima sistematicamente em colocar o carro à saída de uma passadeira numa determinada via da cidade. Portanto só para ver, é uma pessoa licenciada, não se pode dizer que não conhece os sinais nem as regras de trânsito, tem carta, mas no entanto prefere ser multada a andar menos uns metros. Isto é um exemplo pela negativa, infelizmente falta de civismo que acontece não só no concelho de Rio Maior, como é óbvio, mas penso que o nosso concelho acontece com frequência. -----

----- Quanto à Rua D. Afonso Henriques e que chamou à atenção, aquele triângulo que há quase em frente à casa do Dr. Craveiro, do lado oposto, aquilo é um terreno que tem uma grande história, do Tó Rapazote, com uma série de confusões, se o terreno é público ou se é privado, ele diz que a Câmara quando fez a requalificação já se teria apoderado de uns quantos metros do prédio, razão pela qual aquilo continua assim. Outra situação que falou entre o estofador e aquela parte, aquilo é propriedade privada, faz parte de um loteamento e o prédio chegou a estar licenciado e nunca avançou e a responsabilidade de fazer aquele troço, não é falta de insistência da Câmara, é por falta do proprietário que até hoje ainda não o fez. Mas de qualquer das maneiras agradeço a chamada de atenção e a Câmara, obviamente, terá muito gosto assim que for possível mandar requalificar aqueles dois troços. -----

----- Penso que ainda falou em outro assunto, o bairro social. Portanto, os bairros sociais são um problema que ainda continua a existir, um problema complicado, complicado para todos, para os moradores, para a autarquia, para os moradores que cumprem e pagam, para aqueles que não pagam e se a situação fosse fácil, como deve calcular, todos os executivos já a teriam resolvido e não faço mais considerações sobre o bairro social de vale do Óbidos porque se não teriam que estar a dizer coisas menos boas do porquê da situação.” -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram onze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

O VICE- PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE AGOSTO DE 2013

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____